

COMISSÃO DE TURISMO

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº , DE 2019. (Do Sr. Newton Cardoso Jr)

Requer realização de audiência pública, para discutir o caso do vazamento de petróleo cru no litoral do Nordeste brasileiro.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, III, combinado com o art. 255, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne adotar as providências necessárias para a realização de Audiência Pública com a participação das autoridades, abaixo relacionadas, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o caso do derramamento de petróleo cru no litoral do Nordeste brasileiro.

Para tanto, sugiro que sejam convidados os seguintes expositores:

- BENTO ALBUQUERQUE, ministro de Minas e Energia;
- RICARDO SALLES, ministro de Estado do Meio Ambiente;
- Gal. FERNANDO AZEVEDO E SILVA, ministro de Estado da Defesa;
- EDUARDO FORTUNATO BIM, presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
- DÉCIO FABRÍCIO ODDONE DA COSTA, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- FRANCO PERAZZONI, Delegado e chefe do serviço de geointeligência da Polícia Federal;
- Almirante de Esquadra LEONARDO PUNTEL, comandante de Operações Navais da Marinha;
- ROBERTO CASTELLO BRANCO, presidente da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás.

JUSTIFICAÇÃO

Desde o dia 2 de setembro, o Brasil tem assistido atônito à contaminação do litoral Nordestino com petróleo cru. As manchas de óleo que atingiram o mar do Nordeste têm deixado um rastro de destruição. Segundo o balanço mais recente divulgado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 10.11.2019, já são 466 localidades afetadas pela mancha, em dez estados, a saber: Alagoas, Bahia, Ceará,

Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.¹ Desde então, foram recolhidas mais de mil toneladas do produto, numa extensão de 2,5 mil quilômetros.

O Instituto vem estabelecendo uma série de ações juntamente com a Marinha, a Polícia Federal, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Petrobras, além de órgãos ambientais estaduais e municipais, com o objetivo de determinar os procedimentos para mitigação dos danos, orientar as equipes em campo e a população, e auxiliar nas investigações quanto à origem do vazamento do petróleo.

Em nota oficial, o Ibama afirmou que a origem do poluente ainda é desconhecida e, conforme análise feita pela Petrobrás, o óleo encontrado é de tipo não produzido no Brasil.²

Ao mesmo tempo, os Servidores Ambientais Federais (MMA, Ibama, ICMBio e SFB), em nota pública, protestam contra o que consideram “o maior desastre ambiental de vazamento de óleo no Brasil”.³

O Brasil conta com o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, instituído por meio do Decreto n. 8.127, de 22 de outubro de 2013.⁴ Todavia, o PNC somente foi acionado pelo Ministério do Meio Ambiente, no dia 08 de outubro, 41 dias depois do primeiro registro de manchas no litoral. Esta demora gerou ações desarticuladas e sem fontes de recursos orçamentários necessárias para situação de emergência que se instaurou.

Segundo matéria veiculada no jornal “O Estado de São Paulo”, está em curso investigação conduzida pela Polícia Federal (PF) e pela Marinha, que apura o possível envolvimento da companhia Super-Eco Tankers Management, de origem grega, que comprou tambores da Shell encontrados em praias do Nordeste. A empresa transportadora confirmou que atua com o transporte de óleo em águas brasileiras, apesar de negar que tenha ocorrido acidente com seu navio-tanque. Segundo a matéria “o objetivo da investigação brasileira é avançar na trilha logística do produto, para apurar os possíveis responsáveis pelo desastre sem precedentes no mar brasileiro”.⁵

Até o momento, não se sabe a dimensão dos danos ambiental, econômico e turístico causados pelo vazamento. No entanto, pescadores e empresários relatam que a situação tem afetado a geração de renda e causado o afastamento de turistas nas localidades atingidas pelo desastre, que já é considerado o maior da história do País.

¹ <http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo-localidades-atingidas>

² <https://exame.abril.com.br/brasil/petrobras-diz-que-oleo-que-atingiu-nordeste-nao-e-do-brasil/>

³ <http://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/nota-publica-dos-servidores-ambientais-federais/>

⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8127.htm

⁵ <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/compradora-de-tambores-da-shellconfirma-navegacao-em-mar-brasileiro-mas-nega-acidente-com-petroleo,70003061108>

São necessárias ações rápidas e efetivas, a fim de que o desastre brasileiro não assuma proporções ainda maiores, tal como no caso da explosão da plataforma petrolífera *Deepwater Horizon* no Golfo do México, em abril de 2010, considerado o maior acidente ambiental da história americana. Na época, a explosão da plataforma derramou mais de 3 milhões de barris de óleo no Golfo do México e causou US\$ 17,2 bilhões em dano ambiental,⁶ gerando efeitos que, quase dez anos depois, ainda são discutidos pela comunidade científica.

Estou certo de que o aprofundamento do debate é medida que se impõe para que as autoridades convidadas possam munir esta Casa legislativa de informações mais substanciais acerca do grave vazamento de petróleo cru ocorrido no litoral do Nordeste brasileiro.

Nesse passo, considerando a complexidade e a relevância da situação, mostra-se imperiosa a atuação da Câmara dos Deputados que deve, no exercício de suas competências, acompanhar e atuar em questões de relevância nacional, tal como a que está em destaque.

Desse modo, pelas razões aqui expostas, dado a gravidade do problema e a monta deste desastre ambiental, aguardo, na expectativa do acolhimento dos nobres Pares, a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, de de 2019.

Deputado NEWTON CARDOSO JR
(MDB/MG)

⁶ <https://exame.abril.com.br/economia/desastre-do-golfo-do-mexico-causou-us-172-bi-em-dano-ambiental/>